

CAROLINE MARIA VIEIRA LACERDA

Prefácio

Augusto Aras

OS IMPACTOS DA LEI DE
INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO
DIREITO BRASILEIRO NAS AÇÕES DE
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Belo Horizonte

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Veloso	Luciano Ferraz
Carmen Lúcia Antunes Rocha	Lucio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinora Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Cabardo	Paulo Modesto
Fabrcio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Lnes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zeio. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

L131i Lacerda, Caroline Maria Vieira

Os impactos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro nas ações de improbidade administrativa / Caroline Maria Vieira Lacerda. – Belo Horizonte : Fórum, 2021.

273p.; 14,5cm x 21,5cm.
ISBN: 978-65-5518-218-7

1. Direito Administrativo. 2. Direito Constitucional. I. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3503

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LACERDA, Caroline Maria Vieira. *Os impactos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro nas ações de improbidade administrativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 273p. ISBN 978-65-5518-218-7.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
PREFÁCIO	
Augusto Aras	11
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	
NOÇÕES PROPEDÊUTICAS	21
I.I Princípios e regras: distinções básicas	24
I.II Constitucionalização do Direito Administrativo	37
I.III Limites necessários à constitucionalização do Direito Administrativo	50
I.IV Limites necessários à aplicação dos princípios constitucionais	54
I.V Legalidade material: juridicidade e legitimidade	60
CAPÍTULO II	
PRINCÍPIO DA MORALIDADE E A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	69
II.I Conteúdo jurídico pós-constitucional da moralidade administrativa	76
II.II Conteúdo jurídico indeterminado?	83
II.III A moralidade em instrumentalização recíproca com outros princípios (notadamente) constitucionais	89
II.IV A Lei de Improbidade Administrativa como concretização do princípio da moralidade	93
CAPÍTULO III	
PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA E A LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	103
III.I Conteúdo jurídico da segurança jurídica	108
III.II A segurança jurídica em instrumentalização recíproca com outros princípios constitucionais	115
III.III A nova Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro como concretização do princípio da segurança jurídica	122

CAPÍTULO IV

RELEITURA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA A PARTIR DOS PARÂMETROS DA NOVA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO127

IV.1	A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro como instrumentalizadora de princípios.....	131
IV.II	As alterações da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e sua interferência no Direito Público.....	133
IV.II.I	Art. 20.....	134
IV.II.II	Art. 21.....	137
IV.II.III	Art. 22.....	139
IV.II.IV	Art. 23.....	141
IV.II.V	Art. 24.....	143
IV.II.VI	Art. 26	145
IV.II.VII	Art. 27.....	149
IV.II.VIII	Art. 28.....	153
IV.II.IX	Art. 29.....	158
IV.II.X	Art. 30.....	161
IV.III	A necessidade de releitura da Lei de Improbidade Administrativa à luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	163
IV.IV	As interferências práticas da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro na Lei de Improbidade Administrativa	173
IV.IV.I	A responsabilização por dolo ou erro grosseiro	178
IV.IV.II	A consideração das consequências práticas da decisão do administrador para responsabilização.....	186
IV.IV.III	A consideração da realidade fática do agente público	188
IV.IV.IV	A consideração das demais sanções na dosimetria das penas	192
IV.IV.V	A possibilidade de acordo.....	198
IV.IV.VI	A possibilidade de compensação dos danos	207
IV.IV.VII	A autovinculação das técnicas decisórias	213
IV.IV.VIII	A implementação da gestão de riscos na administração pública.....	219
IV.IV.IX	A tolerabilidade do erro	224
IV.IV.X	A impossibilidade de responsabilização pautada exclusivamente em princípios.....	231

CONCLUSÃO.....247

REFERÊNCIAS.....259